

O CAMPO TEÓRICO- METODOLÓGICO- EPISTEMOLÓGICO DA EDUCAÇÃO

Atena
Editora
Ano 2021

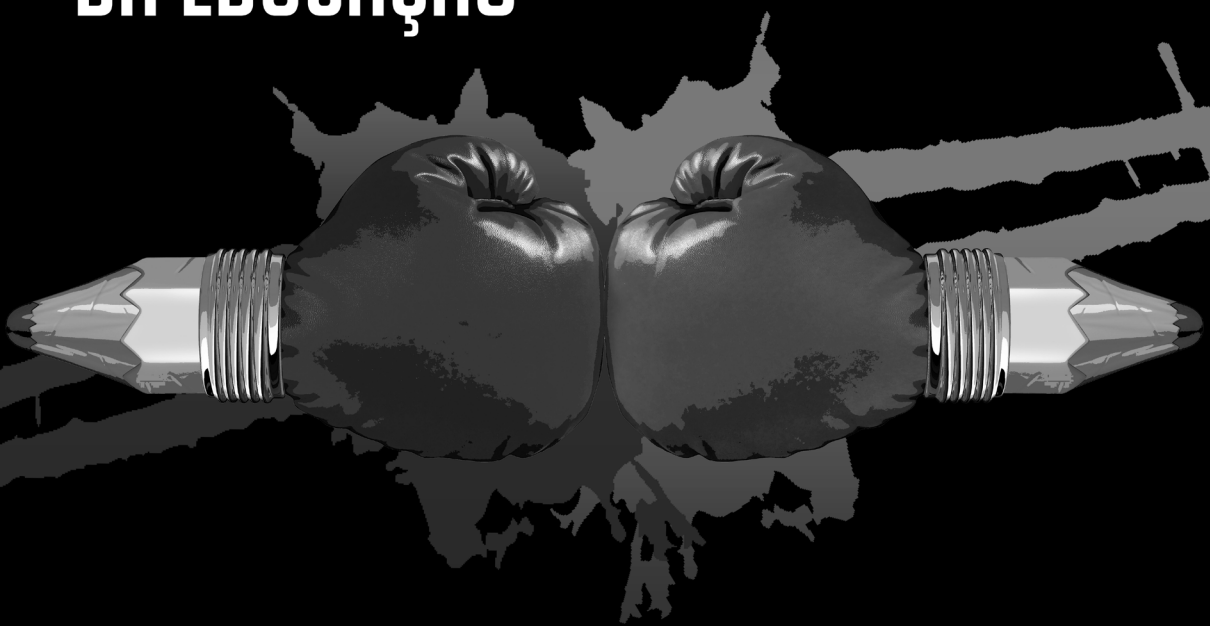


Américo Junior Nunes da Silva
(Organizador)

**NO FOMENTO DA
QUESTÃO POLÍTICA
DA ATUALIDADE 2**

O CAMPO TEÓRICO- METODOLÓGICO- EPISTEMOLÓGICO DA EDUCAÇÃO

Atena
Editora
Ano 2021



Américo Junior Nunes da Silva
(Organizador)

NO FOMENTO DA QUESTÃO POLÍTICA DA ATUALIDADE 2

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

O campo teórico-metodológico-epistemológico da educação no fomento da questão política da atualidade 2

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Giovanna Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Américo Junior Nunes da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C198 O campo teórico-metodológico-epistemológico da educação no fomento da questão política da atualidade 2 / Organizador Américo Junior Nunes da Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-933-2

DOI 10.22533/at.ed.332212503

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

Temos vivenciado, ao longo dos últimos anos, inúmeros ataques a Educação brasileira; investidas que têm ocasionado retrocessos. O contexto pandêmico alimentou essa crise que já existia, escancarando o quanto a Educação no Brasil acaba sendo uma reprodutora de desigualdades. As interferências externas e investidas do mercado tentam, a todo custo, subordinar a Educação e atividade docente a uma lógica neoliberal de produção (TARDIF; LESSARD, 2005). Nesse sentido, precisamos nos mobilizar e a **indignação e esperança** configuram-se como duas categorias importantes nesse processo.

Diante desse cenário, como dissemos, de muitos retrocessos, negacionismo e investidas neoliberais, não podemos nos furtar do debate político e social, tão importante nesse momento que vivemos destrato a Educação, sucateamento do trabalho docente e exclusão de estudantes, por exemplo. Como nos alertou Freire (2004, p. 28), para além de ensinar com rigorosidade metódica a sua disciplina, “o educador democrático não pode negar-se o dever de, na sua prática docente, reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão”. Precisamos considerar esses elementos sociais e políticos necessários no movimento de formar cidadãos indignados e esperançosos que desconstruam os discursos fatalistas.

É nessa direção que o volume de “***O Campo Teórico-metodológico-epistemológico da Educação no Fomento da Questão Política da Atualidade***”, como o próprio título sugere, torna-se um espaço oportuno de discussões e do (re)pensar o campo educacional, assim como também da prática, da atuação política e do papel social do docente. Este livro reúne um conjunto de textos de autores de diferentes estados e regiões e que tem na Educação sua temática central, perpassando por questões de gestão escolar, inclusão, democracia, humanização, gênero, tecnologias, sexualidade, ensino e aprendizagem, formação de professores, profissionalismo e profissionalidade, ludicidade, educação para a cidadania, avaliação entre outros. O fazer educacional, que reverbera nas escritas dos capítulos que compõe essa obra, constitui-se enquanto um ato social e político.

Os autores que constroem esse volume são estudantes, professores pesquisadores, especialistas, mestres ou doutores e que, muitos, partindo de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos autores e discussões por eles empreendidas, mobilizam-se também os leitores e os incentivam a reinventarem os seus fazeres pedagógicos e no se reconhecerem enquanto sujeitos políticos. Nessa direção, portanto, desejamos a todos uma produtiva, indignante e esperançosa leitura!

REFERÊNCIAS

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

TARDIF, M.; LESSARD, C. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

IDEOLOGIA E EDUCAÇÃO: UM CAMINHO PARA A REFLEXÃO DO ATUAL CONTEXTO BRASILEIRO

André Randazzo Ortega
Joana D’Arc Germano Hollerbach
Cecília Carmanini de Mello

DOI 10.22533/at.ed.3322125031

CAPÍTULO 2..... 9

AÇÕES AFIRMATIVAS E POLÍTICA DE COTAS NO INGRESSO AO ENSINO SUPERIOR: DO OLHAR TEÓRICO À OPINIÃO PÚBLICA

Amanda da Silva Barata
Bianca Marinho de Souza
Joaquina Ianca dos Santos Miranda
Ariana Souza Carneiro

DOI 10.22533/at.ed.3322125032

CAPÍTULO 3..... 20

POLÍTICAS PÚBLICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS E AS COTAS SOCIAIS PARA ACESSO ÀS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO

Francieli Marchesan
Oséias Santos de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.3322125033

CAPÍTULO 4..... 37

A SÍNDROME DE BURNOUT COMO EXEMPLO DO ADOECIMENTO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO, NOS ÚLTIMOS ANOS

Maralice Maschio
Mariza Weber

DOI 10.22533/at.ed.3322125034

CAPÍTULO 5..... 53

A ANÁLISE ARQUEOLÓGICA DO DISCURSO SOBRE OS SUJEITOS DA EJA NOS GOVERNOS FHC (1995-2003) E LULA (2003-2011)

Eduardo Jorges Pugliesi

DOI 10.22533/at.ed.3322125035

CAPÍTULO 6..... 66

ITINERÁRIO FORMATIVO INTERDISCIPLINAR: REFLEXÕES SOBRE A PRÁTICA DOCENTE EM TEMPOS DE PANDEMIA

Jinlova de Oliveira Pantaleão

DOI 10.22533/at.ed.3322125036

CAPÍTULO 7..... 74

DIRETORES ESCOLARES E O DIREITO À EDUCAÇÃO: CONCEPÇÕES DE POLÍTICAS

EDUCATIVAS NO CONTEXTO DA PRÁTICA

Eveline Andrade Ferreira

Karla Karine Nascimento Fabel Evangelista

Sônia Lerche Vieira

DOI 10.22533/at.ed.3322125037

CAPÍTULO 8..... 79

RECORTE DE UM PROJETO DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE REPRODUTIVA REALIZADO DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19, EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

Beatriz Caroline Conceição do Nascimento

Dayane Cristina Zanqueta Azevedo

Fabiana Schaffer

Simone Acrani

DOI 10.22533/at.ed.3322125038

CAPÍTULO 9..... 88

O ENSINO MÉDIO EM TEMPOS DE PANDEMIA

Wliana Ferreira

José Geraldo Basante

DOI 10.22533/at.ed.3322125039

CAPÍTULO 10..... 94

A NECESSIDADE DE AÇÕES EDUCATIVAS COMPROMISSADAS COM SOLIDEZ DA HUMANIZAÇÃO: A FILOSOFIA, ÉTICA, ARTE E POLÍTICA COMO FUNDAÇÕES DO EDUCANDO

Antonio Carlos Barbosa da Silva

Marina Coimbra Casadei Barbosa da Silva

DOI 10.22533/at.ed.33221250310

CAPÍTULO 11..... 108

MÃOS E IMAGINÁRIOS QUE COSTURAM A HISTÓRIA DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE-PE

Adelmo Teotônio da Silva

Divane Oliveira de Moura Silva

Marcia Pereira Gomes Silva

DOI 10.22533/at.ed.33221250311

CAPÍTULO 12..... 121

ONDE ESTÁ A MEMÓRIA? O AUDIOVISUAL E A CONSTRUÇÃO DOCUMENTAL DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS NA REGIÃO DE COELHO NETO (MA)

Leide Ana Oliveira Caldas

DOI 10.22533/at.ed.33221250312

CAPÍTULO 13..... 129

O SOROBAN COMO INSTRUMENTO PARA APRENDIZAGEM E INCLUSÃO

Marco Antônio Serra Viegas

André Machado Barbosa

DOI 10.22533/at.ed.33221250313

CAPÍTULO 14..... 135

O DEFICIENTE VISUAL NA FACULDADE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E MEIO AMBIENTE DE CLEVELÂNDIA/PR: USOS E SENTIDOS ATRIBUÍDOS À EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA

Kelly dos Santos Siqueira

Maralice Maschio

DOI 10.22533/at.ed.33221250314

CAPÍTULO 15..... 151

ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO INTÉRPRETE EDUCACIONAL DE LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO MUNICÍPIO DE IPORÁ – GOIÁS

Juliana do Nascimento Farias

Vanderlei Balbino da Costa

DOI 10.22533/at.ed.33221250315

CAPÍTULO 16..... 168

AS MÚLTIPLAS LINGUAGENS: CORPOREIDADE, LÚDICO E LETRAMENTO NA PRÁTICA DOCENTE DO ESTÁGIO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Bárbara Regina Gonçalves Vaz

Silvana Maria Aranda

DOI 10.22533/at.ed.33221250316

CAPÍTULO 17..... 177

O USO DAS NOVAS TECNOLOGIAS E A SUA APROPRIAÇÃO FRENTE AO ENSINO E APRENDIZAGEM DO ALUNO E DO PROFESSOR

Luciana Lacerda de Castro

DOI 10.22533/at.ed.33221250317

CAPÍTULO 18..... 192

A EDUCAÇÃO DE PESSOAS JOVENS E ADULTAS: ALUNAS DO PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA E SUAS EXPERIÊNCIAS

Cláudio Roberto Brocanelli

DOI 10.22533/at.ed.33221250318

CAPÍTULO 19..... 205

O OLHAR DO EGRESSO SOBRE O CURSO DE PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS - CAMPUS QUIRINÓPOLIS, 2003-2008

Joana Corrêa Goulart

Sebastião de Souza Lemes

DOI 10.22533/at.ed.33221250319

CAPÍTULO 20..... 217

IMPLEMENTAÇÃO DE ATUAÇÕES EDUCATIVAS DE ÊXITO (AEE'S) EM CINCO ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE BENEVIDES-PA

Kelly Lene Lopes Calderaro Euclides

Francilene Sodré da Silva

DOI 10.22533/at.ed.33221250320

CAPÍTULO 21..... 221

UM OLHAR TRANSDISCIPLINAR SOBRE A RELAÇÃO ENTRE CURRÍCULO E EDUCAÇÃO INTEGRAL DE ACORDO COM A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR NO BRASIL

Gabriela Carradas

Kênia Kemp

DOI 10.22533/at.ed.33221250321

CAPÍTULO 22..... 233

JOGOS DE INTERPRETAÇÃO NA INFÂNCIA: CONSTRUINDO VALOREM

Rebeca Sasso Laureano

DOI 10.22533/at.ed.33221250322

CAPÍTULO 23..... 243

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL EM CURSOS TÉCNICOS: UMA EXPERIÊNCIA NO CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA

Ana Cláudia Carelle

Sami Eduardo José Schinasi

DOI 10.22533/at.ed.33221250323

CAPÍTULO 24..... 248

DISCUSSÃO SOBRE O USO DE JOGOS MODERNOS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

Vinicius Tivo Soares

DOI 10.22533/at.ed.33221250324

CAPÍTULO 25..... 256

MEDIAÇÃO CULTURAL: REFLEXÕES ACERCA DO MUSEU DE ARTE DE BLUMENAU

João Henrique Leoni

Carla Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.33221250325

SOBRE O ORGANIZADOR..... 269

ÍNDICE REMISSIVO..... 270

CAPÍTULO 2

AÇÕES AFIRMATIVAS E POLÍTICA DE COTAS NO INGRESSO AO ENSINO SUPERIOR: DO OLHAR TEÓRICO À OPINIÃO PÚBLICA

Data de aceite: 22/03/2021

Data de submissão: 14/01/2021

Amanda da Silva Barata

Instituto de Ciências da Educação,
Universidade Federal do Pará
Belém-Pará
<http://lattes.cnpq.br/3619503067583286>

Bianca Marinho de Souza

Instituto de Ciências da Educação,
Universidade Federal do Pará
Belém-Pará
<http://lattes.cnpq.br/5448818850945942>

Joaquina Ianca dos Santos Miranda

Instituto de Ciências da Educação,
Universidade Federal do Pará
Belém-Pará
<http://lattes.cnpq.br/2630702666978240>

Ariana Souza Carneiro

Instituto de Ciências da Educação,
Universidade Federal do Pará
Belém-Pará
<http://lattes.cnpq.br/7903080883682040>

RESUMO: Este artigo busca compreender como têm sido efetivadas as ações afirmativas no contexto brasileiro e qual a opinião em torno da política de cotas dos estudantes da Universidade Federal do Pará (UFPA). Para tanto, elaboramos uma pesquisa de abordagem quanti-qualitativa, realizada no período de outubro a dezembro de 2019. Objetivando a obtenção da opinião dos

estudantes da UFPA, definimos como estratégia a aplicação de um formulário online aplicado a 167 estudantes. Para constituir o contexto dessas políticas no Brasil e fazer inferências em torno dos resultados do formulário aplicado, recorremos a uma pesquisa bibliográfica. Constatou-se que as ações afirmativas implicam em limites e possibilidades nas diversas esferas da vida humana. No âmbito acadêmico, notou-se uma forte geração de conflitos ideológicos entre o corpo discente, refletidos na opinião dos estudantes da UFPA, campus Belém. Portanto, salientamos que alguns problemas devem ser atenuados na luta pela democratização do ensino superior no Brasil. As políticas afirmativas carecem de reflexões, discussões e ações ativas e constantes promovidas por meio da participação coletiva. Ademais, o planejamento acaba se tornando ferramenta essencial para uma Universidade mais justa e emancipadora.

PALAVRAS-CHAVE: Ações Afirmativas. Política de Cotas. Educação Superior.

AFFIRMATIVE ACTIONS AND QUOTA POLICY ON THE ENTRANCE TO HIGHER EDUCATION: FROM THEORETICAL VIEW TO THE PUBLIC OPINION

ABSTRACT: This article seeks to understand how affirmative actions have been carried out in the Brazilian context and what is the opinion on the quota policy of the students at the Federal University of Pará (UFPA). To this purpose, we prepared a research with a quantitative-qualitative approach, realized in the period corresponding from October to December 2019. In order to obtain the opinion of the students from

UFPA, we defined as a strategy the application of an online form to 167 students. To establish the context of quota policy in Brazil and to make inferences around the results in the applied way, we carry out a bibliographic search. It was verified that affirmative action implies limits and possibilities in the various spheres of human life. In the academic field, it was noticed a strong generation of ideological conflicts among the students group selected, reflected in the opinion of the students from UFPA, Belém. Therefore, we hope that some problems must be attenuated in the struggle for the democratization of the upper class in Brazil. The affirmative policies they lack active and constant reflections, discussions and actions promoted through collective participation. In addition, planning ends up becoming an essential tool for a more just and emancipatory University.

KEYWORDS: Affirmative Actions. Quota Policies. Higher Education.

1 | INTRODUÇÃO

O tema proposto parte da necessidade de estudar a temática, visto que os debates criados pela implementação das políticas de ações afirmativas são centrais para a compreensão dos processos de difusão, assim como a avaliação da opinião pública sobre as mesmas, contribuindo para a possibilidade de analisar não apenas a implementação dessas políticas, mas seu processo dinâmico.

Para tanto, buscamos responder às seguintes questões: como têm sido instituídas as ações afirmativas e a política de cotas no ingresso das Instituições Públicas de Educação Superior (IES) brasileiras? De que forma a política de cotas é vista pelos estudantes da Universidade Federal do Pará, campus Belém? Logo, desenvolvemos esta pesquisa tendo em vista, compreender como têm sido efetivadas as ações afirmativas que possibilitam o ingresso de classes em situação desigual, ao Ensino Superior, a partir da contextualização das ações afirmativas voltadas ao ingresso a este ensino, no Brasil, e da identificação da opinião de 167 estudantes da Universidade Federal do Pará, campus Belém, sobre a política de cotas adotada.

Para desenvolver esta pesquisa, partimos de uma abordagem quanti-qualitativa, realizada no período de outubro a dezembro de 2019. No processo de integração entre qualitativa e quantitativa, a última constitui-se em uma pesquisa estatística, elaborada através da aplicação de questionário online divulgado aos estudantes da Universidade Federal do Pará (UFPA).

A definição das etapas em que cada abordagem será utilizada, permite que as mesmas mantenham suas identidades, além de certificar a contribuição de cada uma quando recorre-se à integração dos métodos para atingir o objeto investigado, bem como a clareza sobre que tipo de análise essas abordagens possibilitam construir (LANDIM; LOURINHO; LIRA & SANTOS, 2012). Assim, a coleta bibliográfica é desenvolvida de forma suplementar à pesquisa quantitativa elaborada para apresentar a opinião dos estudantes, onde a primeira é utilizada na contextualização e interpretação dos dados obtidos.

Utilizamos, nos processos metodológicos, a triangulação (DESLANDES & ASSIS,

2002) para a construção da opinião pública sobre as cotas na UFPA. Pois, definimos como estratégia a aplicação de um formulário online (<https://docs.google.com/forms/u/0/>) aos estudantes do campus, que totalizaram 167 respostas, sumarizadas em gráficos e quadros para melhor compreensão de seu resultado. Os dados estão presentes na segunda seção deste trabalho.

Foi utilizada também, para a pesquisa bibliográfica sobre ações afirmativas e políticas de cotas, um acervo online (<https://scholar.google.com.br/>), que resultou na primeira seção deste trabalho e possibilitou a construção da segunda. Isto é, essa triangulação “diz respeito ao fato de que, no caso, estamos falando da contribuição e do uso específico de vários instrumentos, para melhor aproximação, compreensão e explicação dos processos e fenômenos sociais” (MINAYO; MINAYO, 2003, p. 136).

Quanto à organização estrutural do texto, optamos por dividi-lo em duas seções: a primeira apresenta um panorama sobre as ações afirmativas e políticas de cotas no Brasil; a segunda expõe uma síntese dos dados obtidos da pesquisa estatística realizada na UFPA, explanando sobre a opinião de alguns estudantes desta IES (Instituição de Ensino Superior).

1.1 Breve olhar teórico sobre ações afirmativas e políticas de cotas no Brasil: lutas e conquistas

Foi durante a primeira república, 1889 a 1930, que se iniciaram as reivindicações da frente negra relacionadas à educação nos anos iniciais e pelo ensino profissionalizante da escola paulista, adicionado à formação qualificada para o mercado interno. Assim, foram retomadas e dadas às prioridades para as diversas modalidades de ensino, entre elas, o ingresso da população negra no ensino superior, no qual “foram pensadas, no âmbito desses movimentos sociais, as primeiras Universidades AfroBrasileiras” (ALMEIDA; SANCHEZ, 2016, p. 240).

Foram muitas as conquistas relativas às reivindicações históricas do movimento negro nesse momento: a criação da Secretaria de Especial de Promoção de Igualdade Racial (Seppir); a promulgação da Lei nº 10.639/2003; a instituição das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004) e, em decorrência, do Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2009); a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial (2010); a implementação de políticas de ações afirmativas na modalidade cotas nas universidades públicas brasileiras; e a aprovação, de maneira unânime (2012), da constitucionalidade das ações afirmativas pelo Supremo Tribunal Federal (STF). (CARVALHO, 2018, p. 213).

Desse modo, a educação institucionalizada tida como prioridade e direito de todos - dos discursos políticos à sua consolidação na constituição de 1988 - sempre excluiu o negro do sistema educativo¹. Diante disso, o período escravocrata divide opiniões e conserva

1 “A exclusão dos escravos, pretos africanos e portadores de doenças contagiosas do espaço escolar pode ser en-

preconceitos pré-existentes relacionados ao fato da “[...] ausência de alteridade presente nas relações entre senhores e seus escravos acabou sendo a grande responsável por um viver miserável e desprovido de respeito humano” (PEREIRA, 2012, p. 2), a qual aglomerou ao longo da história desigualdades sociais, segregacionistas, diferenças monetárias e outras.

Essas condições não permitiam aos negros a frequência e permanência nas instituições de ensino básico – e menos ainda no superior –, fazendo emergir uma política pública específica, chamada de Lei de Cotas, na tentativa de corrigir essa desigualdade. Assim, foi iniciada pela frente negra e fortemente ligada às lutas étnico-raciais, atualmente “a denominada Lei de Cotas, n. 12.711/2012, sancionada em 29 de agosto de 2012, prevê a reserva de vagas nas instituições federais de ensino superior (IFES) aos estudantes de escolas públicas, de baixa renda, pretos, pardos e indígenas” (MARQUES, 2018, p. 3).

Dessa maneira, é destacado por Marques (2018) um significativo avanço na garantia de direitos e minimização da desigualdade racial dentro do ensino superior na atualidade. Isso tornou-se possível a partir das políticas afirmativas², fundando-se nas desigualdades sociais existentes e na efetivação de um acesso à educação democrático por meio de cotas.

No entanto,

[...] somente a adoção de políticas afirmativas universais não é suficiente para amenizar a desigualdade existente ao longo da história da sociedade brasileira. Por isso o recorte de cotas raciais é tão importante na busca por igualdade de oportunidades para a população negra, visto que as políticas de cunho universalistas com capacidade de inserir toda a população negra foram insuficientes em todos os setores, principalmente em relação à educação superior (MARQUES, 2018, p. 6).

A questão cultural, a qual está contida no historicismo³ de lutas através do movimento negro, não foi suficiente para a inserção das minorias no setor educacional, mesmo com vagas criadas para grupos discriminados, como pardos, indígenas, quilombolas e alunos egressos do ensino público. É nesse contexto que indubitavelmente há a redescoberta de valores existentes para os diferentes grupos sociais de cultura, novas experiências e a prática da ressignificação.

Desse modo, é com a política das ações afirmativas que os grupos socialmente

tendida sob dois prismas: primeiro, pelo perigo que uma educação voltada para o desenvolvimento das faculdades intelectuais poderia representar para a estabilidade da sociedade escravista; e, segundo, pela influência negativa que os escravos poderiam exercer nos estabelecimentos de ensino” (FONSECA, 2001, p. 29).

2 “ [...] não se restringem à reserva de vagas por meio do sistema de cotas raciais ou sociais nas universidades, conforme o entendimento mais comum na sociedade. São políticas públicas ou privadas, compulsórias ou não, que têm por objetivo último erradicar da sociedade as práticas discriminatórias dirigidas a determinados grupos sociais, historicamente excluídos e cujo reconhecimento e prestígio social sejam baixos ou mesmo inexistentes” (MARQUES, 2018, p. 4).

3 “A doutrina para a qual as unidades cuja sucessão a história constitui (Épocas ou Civilizações) são organismos globais cujos elementos, necessariamente vinculados, só podem viver no conjunto; afirma portanto, a relatividade entre os valores (que são alguns desses elementos) e a unidade histórica a que pertencem [...]” (ABBAGNANO, 2007, p. 508).

desfavorecidos/excluídos ganham uma maior mobilidade social, sendo o ensino superior um meio de ascensão para essa classe, já que, no Brasil ele era predominantemente constituído de brancos. Para tanto, “as políticas de ações afirmativas tem legitimidade judicial. Elas baseiam-se nos princípios descritos pela constituição de 1996, que prevê uma ‘discriminação justa’” (SILVA, 2006, p. 139), a qual visava promover a igualdade racial nas IES, sendo essa uma questão de direitos humanos dentro de um modelo político democrático e recente de modernização no mundo globalizado, o qual deveria ser menos exclusivista.

Ademais, ela geralmente é confundida com a política de cotas raciais, pelo simples fato de incluírem o negro socialmente, buscando maneiras as quais geralmente estão ligadas às rendas dessas pessoas pouco – ou nada – favorecidas social e economicamente. Ao invés de visar somente a entrada de negros no ensino superior, as ações afirmativas surgem como meio de correção das distorções sociais, sejam elas oriundas do período escravista ou não, e são justificadas pela “discriminação racial ou a de classe do *presente*, e não a discriminação do *passado*, que justifica a ação afirmativa” (SILVA, 2006, p. 142).

1.2 A opinião dos estudantes da ufpa sobre as ações afirmativas e a política de cotas

Para falar da opinião dos estudantes sobre as ações afirmativas e política de cotas, iremos analisar os dados obtidos a partir da aplicação de um formulário online durante o período de 26 a 31 de outubro de 2019. O resultado da primeira pergunta aplicada – **você sabe o que são ações afirmativas?** – demonstra que 59,9% (100 estudantes) afirmam saber o que significa este termo. Desses, 51 (30,53%) declaram ser cotistas e 40,1% (67 discentes) relatam não saberem do que se trata.

Apesar da maioria dos estudantes afirmarem saber o significado de ações afirmativas, a porcentagem dos universitários que desconhece essas ações é preocupante, principalmente aqueles que são egressos dessas ações por meio de cotas (15,56%, que perfaz 26 entrevistados). Para aqueles que responderam positivamente, direcionou-se outra pergunta: **como você definiria Ações Afirmativas?** Em relação a essa concepção de ações afirmativas, a maioria das respostas pautou o conceito com medidas do Estado e Projetos de Lei, por vezes provisórios, que objetivam minimizar ou sanar a desigualdade social em busca da equidade de classes historicamente oprimidas ou excluídas.

Alguns entrevistados relacionaram essas ações ao sistema de cotas para ingresso à universidade pública, porém, destacamos que as mesmas não se limitam apenas às cotas, pois as ações afirmativas visam atender os grupos que se encontram excluídos dentro da sociedade. Essa exclusão pode ser de cunho religioso, de gênero, raça, étnico e socioeconômico. Como frisa Menezes (2001),

As ações afirmativas, nos dias correntes, é um termo de amplo alcance que designa um conjunto de estratégias, iniciativas ou políticas que visam

favorecer grupos ou segmentos sociais que se encontram em piores condições de competição em qualquer sociedade em razão, na maior parte das vezes, da prática de discriminação negativas, sejam elas presentes ou passadas. (MENEZES, 2001, p. 27).

Vê-se, portanto, que essas ações se estendem além do direito de ingresso ao ensino superior, pois existem outras demandas sociais que as ações afirmativas têm ampla abrangência. É no âmbito das políticas públicas educacionais, principalmente no acesso superior, que elas são constantemente debatidas. Nesse sentido, salienta-se o que consta no Art. 3º, incisos I, II, III e IV da LDBEN:

Art. 3º- O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;

Destarte, as ações afirmativas também foram associadas como um “tapa-buraco”; uma medida que prioriza o acesso de um grupo sobre outro a algum direito; como decisão que “pesa” a raça nas admissões ao ingresso em algo; como inclusão ou integração social; portanto boas e necessárias. Assim como medidas que reafirmam a existência de uma minoria social; como reparação de dívida histórica; e como algo que deixa direitos bem esclarecidos.

Diante disso, precisamos fazer algumas reflexões em torno dessas respostas. As políticas afirmativas visam minimizar as práticas de discriminação a determinados grupos sociais e, por vezes, a falta de esclarecimento em torno dessa política traz consigo pensamentos discriminatórios e de insatisfação quanto ao fato de serem oferecidas cotas a determinados grupos. Cabe destacar que essas políticas se constituem em ações por parte do Estado, para garantir a consolidação do Art. 5º da Constituição Federal de 1988, que afirma que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]” (BRASIL, 2010).

Nessa perspectiva, as políticas afirmativas de cotas para ingresso ao ensino superior constituem-se em ações para estabelecer a equidade de oportunidades ao reconhecer que há diferença no acesso a direitos básicos e determinados recursos públicos, garantindo o acesso de grupos minoritários e que tem oportunidade desigual em relação a outros grupos no acesso ao ensino público superior.

De acordo com Almeida e Sanchez (2016), no período imperial de 1824, foi dada a gratuidade à Educação Básica, tornando-a direito de todos, contudo, essa “gratuidade” possibilitava apenas aos negros libertos o acesso a ela, excluindo os escravos. Nessa

perspectiva histórica, a cidadania nacional baseava-se em um modelo eurocêntrico que visava a cidadania e homogeneização cultural como agentes condicionantes do progresso no Brasil. Com isso, as ações afirmativas visam preencher as lacunas exclusivistas ainda existentes, pois elas seriam um meio de “reparar” alguns erros do passado.

Cabe ressaltar que, apesar das cotas avançarem na tentativa de cessar as desigualdades de acesso à educação superior, se não forem acompanhadas de ajustes no atual sistema de educação básica que sanem suas deficiências, o resultado será diferente do esperado, na medida em que a falta de qualidade do ensino e a utilização de cotas como medida única para o acesso acaba por ressaltar e alimentar as diferenças sociais, tornando a cota uma medida paliativa, ou “tapa buraco” para o real problema que se faz presente na Educação Básica do sistema público brasileiro. Dessa forma, a cota como medida de inclusão caminha ao lado da melhora desse sistema educacional e apenas dessa maneira saberemos “se apenas a melhora gradativa e necessariamente demorada desses níveis de ensino é suficiente para estabelecer a justiça” (FRIAS, 2013, p. 132).

Em relação à concordância com a política de cotas, **você concorda com a Política de Cotas adotada no ingresso ao Ensino Superior?** Sumarizamos as respostas no gráfico a seguir:

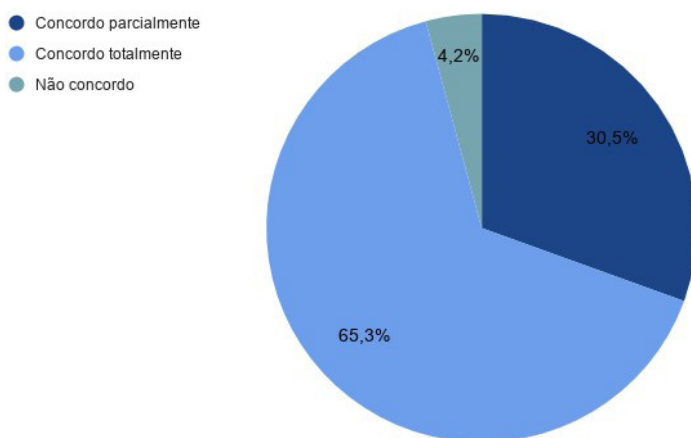


GRÁFICO 1 – NÚMERO DE CONCORDÂNCIA E DISCORDÂNCIA EM RELAÇÃO À POLÍTICA DE COTAS

Fonte: Os autores.

Ao explanar sobre a quarta questão proposta, **qual seu ponto de vista em relação a Política de Cotas?** Identificamos que, do total de 65,3% de pessoas que concordam totalmente, 48,5% (81 estudantes) acham a política de cotas necessária por incluir, facilitar ou ajudar pessoas socialmente e historicamente menos favorecidas e discriminadas a

acessar direitos básicos e fundamentais como a educação.

Dos 30, 5% (51 estudantes) que afirmam concordar parcialmente: 23,5% (12) não concordam com a cota racial, mas se mostram a favor de cotas sociais, por escola pública ou para portadores de necessidades especiais; 19,6% (10) não concordam com a proporção ou forma de realização dessa política, acusando problemas como a ocorrência de fraudes, oportunismo e relatando garantir apenas o ingresso e não permanência do estudante; 7,84% (4) concordam com essa política como medida provisória até que se atinja uma equidade social. O restante se distribuiu entre aqueles que acham que o direito à educação independe de cota (2), os que acreditam que ressalta uma segregação social e discrimina determinado grupo social (2), que está defasada (1) ou que, apesar de necessária, não paga a dívida histórica com negros, indígenas, quilombolas ou portadores de deficiência (1), além daqueles que se isentaram em responder.

Dentre os 4,2% (9 estudantes) que não concordam com a política de cotas, o argumento maior para esse posicionamento foi a visão dessa política como reforço para discriminação do negro (3), manutenção da desigualdade social (2), medida paliativa para o problema da educação brasileira (2) e injusta por sobrepor determinados grupos em relação a outros (2).

Cabe ressaltar que ainda existe resistência em torno da cota racial, pois alguns estudantes não concordam a mesma justamente por acreditar que contribuem para a segregação desse grupo. Porém, reconhecem a importância das cotas sociais em virtude de promover a igualdade e oportunidades de inclusão ao ensino superior dos sujeitos que se encontram nas margens da desigualdade social. De acordo com Frias (2013), a discordância com a cota racial, mas defesa das cotas sociais, associa-se ao próprio preconceito racial que marca a história brasileira.

a desigualdade social brasileira é marcada por uma desigualdade racial. Por um lado, há proporcionalmente mais negros pobres e não escolarizados do que seria de se esperar, e por outro lado, a renda e a alta escolaridade estão desproporcionalmente concentradas entre a população branca. Isso quer dizer que a loteria social está enviesada contra os negros. Segundo algumas teorias da justiça, especialmente aquela conhecida como igualitarismo de sorte (luck egalitarianism), o Estado tem a função de neutralizar a sorte na medida em que isso for possível, isto é, a justiça exige que sejam tomadas medidas para que quem nasceu em um contexto social mais carente tenha as mesmas oportunidades de quem nasceu em contextos melhores (p. 144).

A cota racial, enquanto cota social, não busca desqualificar as raças, mas reconhecer que as mesmas se constituem de marcadores sociais que ressaltam o tratamento desigual entre os indivíduos de uma sociedade tão diversa, como a brasileira. E, nesse sentido, são medidas justas ao ingresso no ensino superior, levantando a hipótese de que, mesmo com uma melhora no sistema educacional básico, as mesmas ainda se façam necessárias.

Dessa maneira esses dados evidenciam que a política de cotas ainda se depara

com alguns questionamentos da sociedade civil, isso deve-se ao fato de não haver um amplo debate em torno de tais ações. Por essa razão, é de suma importância que essas discussões aconteçam dentro do espaço da Universidade pública e da comunidade. Visto que a desigualdade educacional, social, cultural é existente no âmbito da educação brasileira, e as políticas afirmativas visam atender essas particularidades apresentadas por determinados grupos sociais, sendo que “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (LDBEN, 1996, p. 9).

2 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos resultados nos propiciou concluir que essas ações afirmativas implicam nas diversas esferas da vida humana, observadas por meio do contexto histórico brasileiro, da pesquisa bibliográfica e também da opinião dos próprios discentes da Universidade Federal do Pará.

Sendo assim, vemos que, enquanto determinados alunos estão certificados de que essas ações afirmativas apresentam grandes possibilidades, como por exemplo o acesso de grupos socialmente desfavorecidos ao ensino superior e conseqüentemente uma possível ascensão social, outro grupo de universitários expressa que concepções e práticas afirmativas do sistema de cotas em estudo precisam ser repensadas, reavaliadas e modificadas, haja vista que essas pessoas enxergam desvios na funcionalidade dessas políticas, seja na UFPA, seja nas diversas IES públicas espalhadas pelo território brasileiro, compreendendo que são sustentadas pela mesma legislação. Existem ainda aqueles que enxergam vantagens e também desvantagens nessas ações, mantendo assim uma certa imparcialidade no que diz respeito à essas questões.

É bem verdade que pesquisas mais minuciosas e aprofundadas acerca do tema exposto neste estudo precisem ser feitas. Apesar disto, este trabalho nos oportunizou a mínima compreensão dos conflitos provocados pelas políticas afirmativas dentro do espaço universitário, constatando determinadas inquietações e esperanças nesses resultados, os quais objetivam alcançar, através dessas políticas, produtos condizentes com suas crenças e seus interesses econômicos, políticos e sociais.

Portanto, salientamos que alguns problemas devem ser atenuados na luta pela democratização do ensino superior no Brasil. Além de modelos burocráticos instituídos por Lei para o ingresso de estudantes desfavorecidos no ensino superior, a ausência de conhecimento por parte dos acadêmicos – fato gerador de conflitos ideológicos entre os próprios universitários, somados à frágeis debates e discussões, ou à falta deles, nos diversos ambientes, sobretudo o universitário, que envolvam as políticas afirmativas – carecem de reflexões e ações ativas e constantes promovidas por toda a comunidade,

sendo ela estudantil ou não. Somado a esta promoção da participação coletiva, o planejamento acaba se tornando ferramenta essencial para uma Universidade mais justa e emancipadora.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes. 2007.

ALMEIDA, M. A. B; SANCHEZ, M. Os negros na legislação educacional e educação formal no Brasil. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 10, n. 2, p. 234-246, 2016.

BRASIL. **Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil**, de 05 de outubro de 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 17 maio 2020.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei n. 9.394/96**, de 20 de dezembro de 1996 - as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 1996.

CARVALHO, M. P. História da educação da população negra: o estado da arte sobre educação e relações étnico-raciais (2003-2014). **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, v. 34, n. 69, p. 211-230, maio/jun. 2018.

DESLANDES, S. F.; ASSIS, S. G. Abordagens quantitativa e qualitativa em saúde: o diálogo das diferenças. In: MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F. **Caminhos do pensamento: epistemologia e método**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2002. p. 195-226.

FONSECA, M.V. As primeiras práticas educacionais com características modernas em relação aos negros no Brasil. In: FONSECA, M. V. *et al* (Orgs). **Negro e educação: presença do negro no sistema educacional brasileiro**. São Paulo: Anped, 2011. p.11-36.

FRIAS, Lincoln. As cotas raciais e sociais em universidades públicas são injustas? **Revista Direito, Estado e Sociedade**, Rio de Janeiro, n. 41, p. 130-156, 2012.

LANDIM, F. L. P. *et al*. Uma reflexão sobre as abordagens em pesquisa com ênfase na integração qualitativo-quantitativa. **Revista brasileira em promoção da saúde**, v. 19, n. 1, p. 53-58, 2012.

MARQUES, E. P. S. O acesso à educação superior e o fortalecimento da identidade negra. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, p. 1-23, 2018.

MENEZES, P. L. **Ação afirmativa (affirmative action) no direito norteamericano**. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 2001.

MINAYO, M. C. S; MINAYO, C. S. Dífceis e possíveis relações entre métodos quantitativos e qualitativos nos estudos de problemas de saúde. In: GOLDENBERG, P.; MARSIGLIA, R. M. G.i; GOMES, M. H. A. **O Clássico e o Novo: tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003. p. 117142.

PEREIRA, O. M. L. A dor da cor: reflexões sobre o papel do negro no Brasil. **Cadernos Imbondeiro**, João Pessoa, v. 2, n. 1, p. 1-10, 2012.

SANTOS. R. A escolarização da população negra entre o final do séc. XIX e o início do séc. XX. [s/d]. Disponível em: <<http://portalseer.ufba.br>>. Acesso em: 27 de Abril de 2020.

SILVA, G. M. D. Ações afirmativas no Brasil e na África do Sul. **Tempo social. Revista de sociologia da USP**, v. 18, n. 2, p. 131-165, 2006.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ações afirmativas 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 19, 20, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 36

Adoecimento 37, 38, 40, 45, 47, 50, 51

Adolescentes 79, 81, 82, 86, 88, 185, 186, 217, 258, 268

Análise arqueológica do discurso (AAD) 53, 59, 61, 62

Aprendizagem dialógica 217, 218

Aprendizagem inventiva 233, 237, 241

Argumentos contrários e favoráveis 20, 21

Arte-educação 233, 242, 268

Audiovisual 87, 121, 122, 123, 124, 125, 237

Autoestima 39, 79, 81, 82, 83, 85, 86, 170, 172, 215

Avaliação 10, 25, 44, 73, 81, 196, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 212, 213, 214, 215, 239, 243, 244, 245, 246, 247, 265

B

BNCC 221, 222, 223, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 241

C

Comunidades de aprendizagem 217, 219, 220

Consciência de si 192, 202

Contraposição de interesses 20, 21, 24, 33

Corporeidade 168, 172, 174

Costura 108, 109, 110, 113, 114, 116, 117, 118

Cotas sociais 16, 20, 21, 22, 33, 34

D

Deficiente visual 135, 137, 138, 149

Direito à educação 16, 61, 74, 77, 78, 165, 201

Dirigentes escolares 74, 77

E

Educação 13, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 23, 25, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 49, 50, 51, 52, 53, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 100, 101, 107, 109, 118, 123, 124, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134,

135, 136, 137, 138, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 166, 168, 171, 172, 174, 175, 176, 178, 179, 184, 185, 188, 189, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 214, 215, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 236, 239, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 253, 255, 256, 257, 258, 260, 266, 267, 268, 269

Educação de jovens e adultos (EJA) 53, 60, 198

Educação de surdos 151, 164

Educação especial 129, 130, 131, 132, 134, 135, 136, 137, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 148, 149

Educação integral 221, 226, 227, 228, 229, 230, 232

Educação para sexualidade 79

Educação superior 9, 10, 12, 15, 18, 28, 30, 36, 85, 142, 151, 152, 153, 160, 164, 165, 209, 246

Egresso 205, 206, 207, 210, 212, 213, 214

EJA 53, 54, 60, 61, 62, 63, 64, 192, 193, 194, 195, 196, 198, 199, 200, 201

Empreendedorismo feminino 108

Ensino-aprendizagem 70, 85, 88, 91, 121, 122, 123, 124, 128, 139, 142, 151, 177, 182, 184, 186, 187, 188, 189, 190, 214, 236

Ensino médio 1, 2, 23, 28, 29, 62, 63, 75, 82, 88, 89, 90, 91, 92, 122, 124, 143, 217, 264

Ensino remoto emergencial 88, 89, 90

Ensino superior 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 23, 27, 28, 30, 35, 86, 135, 137, 140, 142, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 162, 164, 196, 207, 269

F

Feira popular 108, 110

Ferramentas digitais 88, 89, 91, 93

FHC 53, 61, 62, 63, 64

Formação do professor 66, 69, 188

Formação inicial 68, 70, 195, 197, 198, 199, 200, 201, 205, 206, 211, 212, 215

Freire 2, 8, 63, 65, 131, 133, 134, 153, 192, 193, 194, 195, 198, 200, 201, 202, 203, 204

G

Game design 233, 234, 242

Gamificação 129

H

História e cinema 121, 124, 128

I

Ideologia 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 96

Inclusão 20, 129, 135, 137, 141, 142, 145, 161

Inclusão educacional 20, 22, 163

InclusãoInclusão 3, 14, 15, 16, 20, 22, 23, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 130, 132, 133, 139, 140, 141, 142, 143, 145, 146, 147, 148, 149, 152, 159, 161, 162, 163, 164, 178, 191, 198, 199, 200

Interpretação simultânea português/libras/português 151

Intérprete educacional 151, 152, 153, 157, 160, 164, 167

J

Jogos de interpretação 233, 234, 235, 236, 241

L

Letramento 166, 168, 170, 171, 172, 173, 174, 269

Lúdico 168, 169, 172, 173, 174, 234, 235

Lula 53, 61, 62, 63, 64

M

Mediação cultural 256, 257, 258, 260, 263, 264, 265, 266, 267, 268

Memória 110, 115, 116, 119, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 185, 199

Múltiplas linguagens 168, 169, 172

Museu 36, 117, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 265, 266, 267, 268

N

Necessidades formativas 66

P

Política de cotas 9, 10, 13, 15, 16, 20, 27, 28, 33

Políticas educativas 74, 75, 76, 77, 78

Práticas interdisciplinares 66, 68, 69, 71

Professor 1, 3, 20, 38, 39, 40, 45, 46, 47, 49, 51, 54, 66, 67, 68, 69, 70, 73, 84, 85, 86, 92, 93, 96, 129, 130, 131, 132, 138, 140, 141, 149, 151, 153, 155, 156, 157, 159, 160, 161, 162, 163, 165, 166, 168, 174, 175, 177, 179, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 191, 194, 195, 196, 197, 200, 221, 237, 239, 240, 241, 244, 248, 249, 251, 252, 254, 269

Profissional da educação 37, 38, 43, 44, 46, 49, 207

Q

Quilombolas 12, 16, 121, 122, 124, 125, 127, 128

R

Reflexão 1, 2, 5, 18, 38, 66, 73, 76, 84, 85, 103, 104, 105, 106, 123, 128, 131, 134, 145, 173, 186, 192, 193, 194, 202, 207, 231, 256, 266

Relações de gênero 108, 110, 118

S

Sala de aula 2, 3, 38, 40, 41, 43, 44, 45, 47, 49, 50, 68, 69, 71, 75, 122, 123, 124, 128, 130, 132, 133, 138, 141, 145, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 159, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 177, 178, 184, 187, 189, 191, 193, 195, 196, 197, 200, 234, 248, 250, 252, 254

Sexo 23, 26, 79, 80, 82, 83, 84, 210

Sexualidade 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87

Síndrome de burnout 37, 41, 42, 44, 50, 51, 52

Soroban 129, 130, 131, 132, 133, 134, 143, 144

T

Tecnologia 90, 92, 110, 148, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 186

Teoria do imaginário 108, 118

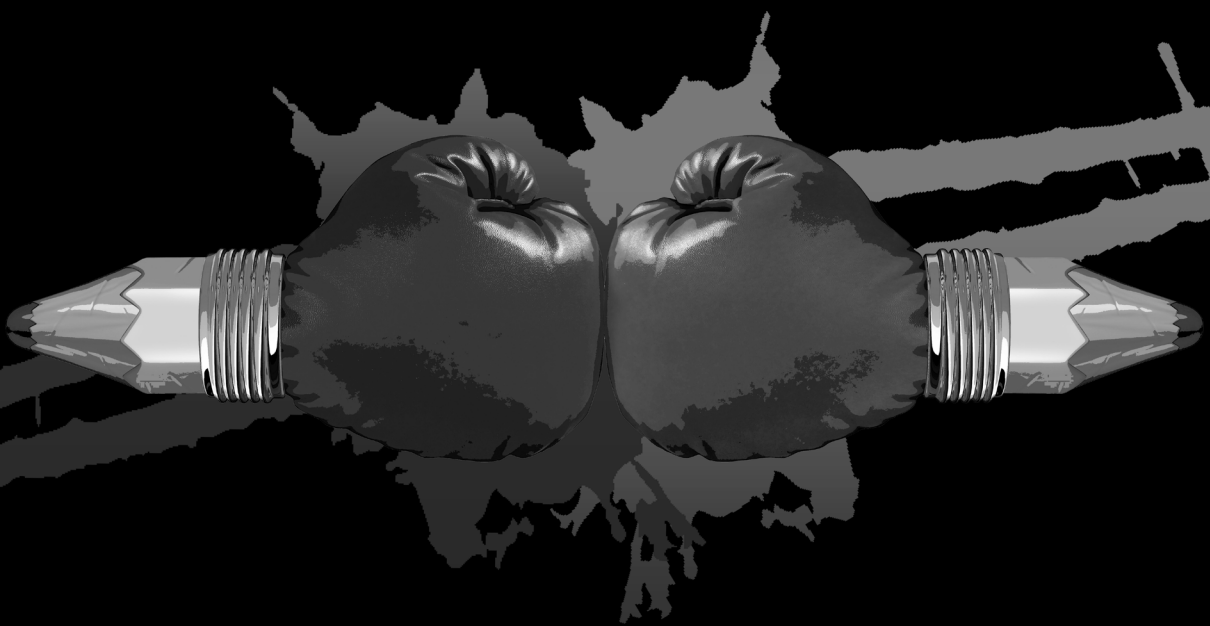
Transdisciplinaridade 221, 222, 223, 224, 225, 227, 228, 229, 230, 231, 232

Tratamento psicológico 37

U

Universidade 1, 9, 10, 13, 17, 18, 20, 22, 27, 28, 29, 30, 34, 35, 36, 37, 51, 53, 66, 74, 79, 85, 86, 87, 108, 119, 120, 121, 129, 135, 151, 156, 158, 168, 177, 192, 193, 195, 196, 197, 205, 206, 207, 208, 214, 215, 216, 232, 233, 235, 241, 242, 243, 247, 248, 253, 255, 256, 258, 266, 267, 269

O CAMPO TEÓRICO-METODOLÓGICO- EPISTEMOLÓGICO DA EDUCAÇÃO NO FOMENTO DA QUESTÃO POLÍTICA DA ATUALIDADE 2

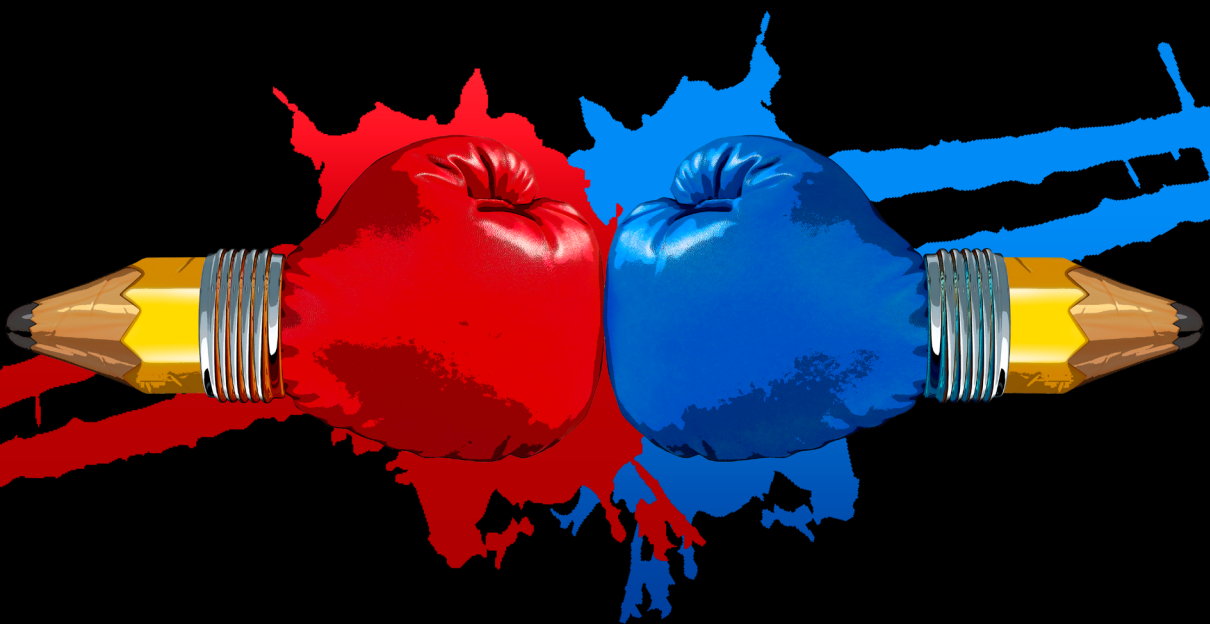


- 🌐 www.arenaeditora.com.br
- ✉ contato@arenaeditora.com.br
- 📷 [@arenaeditora](https://www.instagram.com/arenaeditora)
- 📘 www.facebook.com/arenaeditora.com.br

Atena
Editora

Ano 2021

O CAMPO TEÓRICO-METODOLÓGICO- EPISTEMOLÓGICO DA EDUCAÇÃO NO FOMENTO DA QUESTÃO POLÍTICA DA ATUALIDADE 2



- 🌐 www.atenaeditora.com.br
- ✉ contato@atenaeditora.com.br
- 📷 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
- 📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Atena
Editora
Ano 2021